

e

n

r

i

t

v

t

s

a

e

Entrevista com Vinícius Moreno [1]

Por Susan Oliveira, Gabriela
Bitencourt, Anderson Chagas,
Natacha Rena



1: Vinícius Moreno é formado em zootecnia, trabalha no setor administrativo do jornal Brasil de Fato, militante pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e coordenador do Galpão da Ocupação Pátria Livre na Favela Pedreira Prado Lopes.

Esta entrevista faz parte da série de entrevistas[2] desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar durante o ano de 2019 com técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), integrantes de movimentos sociais e lideranças comunitárias, por meio das pesquisas Territórios Populares (TP)[3] e Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte[4], e dos projetos de extensão Urbanismo Biopolítico[5] e Geopolítica e Cidades – pertencentes ao Programa IndLab e do Grupo de Estudos (GE) Lagoinha[6].

A entrevista realizada parte de uma investigação mais abrangente que busca englobar, via processo cartográfico, o rastreamento de instrumentos urbanísticos, projetos, dispositivos, atores humanos e não humanos que representam e viabilizam lutas por equidade social e estratégias democráticas de ocupação do espaço urbano face o avanço da produção capitalista do espaço e a implementação do projeto político neoliberal em escala global. Dessa forma, a entrevista faz parte de um eixo metodológico que visa mapear as linhas de força e as controvérsias presentes nos discursos que configuram as disputas urbanas nos territórios populares ou áreas visadas por intervenções urbanas. Admite-se que a intensidade e a variedade das propostas de reestruturações espaciais são induzidas tanto pelas necessidades genuínas das camadas sociais carentes, quanto pela lógica de sobrevivência do capital perante suas crises cíclicas. Sendo assim, parte-se do plano de fundo trazido pelos conceitos teóricos de desenvolvimento desigual[7](SMITH, 1988), com modificação da cidade e segregação socioespacial para decodificar as linhas de forças híbridas, que ora escapam, ora fomentam a lógica capitalista de produção da cidade contemporânea.

Diante desse contexto, abrem-se margens para questionamentos quanto à influência das dinâmicas do tecido social e a força de suas lideranças territoriais para configuração de disputas de interesses conflitantes no território, abarcando, portanto, análises dos desdobramentos espaciais transescalares a partir de padrões de reprodução do urbanismo neoliberal e as táticas dissidentes à lógica expropriatória do capital, sem deixar de lado a observação crítica quanto à inversão de papéis e responsabilidades, que acomete a relação entre os poderes do Estado, Capital e Sociedade Civil, principalmente devido à racionalidade neoliberal que emerge das hierarquias de poderes intraurbanos.

Vinícius Moreno é militante do MTD, um dos movimentos inseridos na rede nacional para as cidades do Brasil a partir de

1: Vinícius Moreno é formado em zootecnia, trabalha no setor administrativo do jornal Brasil de Fato, militante pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e coordenador do Galpão da Ocupação Pátria Livre na Favela Pedreira Prado Lopes.

2: Entrevistas realizadas com Lisandra Mara, técnica da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), e com Máira Colares, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), disponíveis nas edições v.5 n.1 e v.5 n.2 da Revista Indisciplinar, respectivamente. Links de acesso em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1266/177>> e <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1267/192>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

3: A pesquisa Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras é coordenada pelas Professoras Marcela Silvano Brandão Lopes e Natacha Rena e faz parte da rede nacional de pesquisadores, coordenada pela Profa. Dra. Raquel Rolnik (LabCidade/

USP) mais informações disponíveis no blog da pesquisa em: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>> e na fanpage, em: <https://www.facebook.com/pg/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024/posts/?ref=page_internal>. Acesso em 28 de março de 2020.

4: Mais informações sobre a pesquisa disponível na fanpage: <<https://www.facebook.com/Cartografiado-Or%C3%A7amento-Participativo-em-Belo-Horizonte-100523074625554/>>. Acesso em 28 de março de 2020.

5: Para mais detalhes sobre a Plataforma de Urbanismo Biopolítico e a pesquisa sobre o processo de desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada Nova BH e a sua reformulação em Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste Oeste, visitar a Plataforma de Urbanismo Biopolítico, disponível em: <<http://pub.indisciplinar.com/ouc-nova-bhacl/>>. Acesso em 28 de março de 2020.

6: O GE Lagoinha é formado pelas pesquisadoras Gabriela Bitencourt (Arquiteta e Urbanista formada pela UFAL e mestranda no programa de

eixos ligados à soberania nacional, a Frente Brasil Popular (FBP) [8], que objetiva a construção de um projeto popular, tendo como palavra de ordem: “Direito de trabalhar. Trabalhar com Direitos”. O MTD se constrói a partir do tripé – formação/organização/luta, tendo como central o trabalho de base orientado pelo método da Educação Popular, nos espaços de formação política, buscando a transformação social e construção de consciências críticas, fundamental para estabelecer resistências contra as múltiplas formas de opressão. Dentro da estratégia do MTD é central a construção de grupos de base, nos territórios já consolidados, importante aspecto para se tornar um movimento de massas com enraizamento nas grandes e médias cidades, a partir, de ocupações de imóveis que não cumprem sua função social, reivindicação das demandas locais e denúncias que contribuam na luta por direitos da classe trabalhadora, ligadas ao acesso a moradia, trabalho, cultura, saúde, educação e soberania alimentar.

Em 2012, o MTD iniciou sua inserção em uma das mais antigas favelas de Belo Horizonte, denominada Pedreira Prado Lopes (PPL). Desde então, vem mobilizando a comunidade e organizando diversas ações na luta por direitos. A PPL possui um histórico marcado por atuações estatais e privadas, como a construção do Conjunto Habitacional IAPI ou obras de urbanização e habitação direcionadas pelo Programa Global Específico (PGE) [9] e Orçamento Participativo (OP).

A forma como as obras adentraram a PPL reconfigurou diversas dinâmicas socioespaciais no território, e a participação popular se deu de forma diferente na condução desses processos, seja envolvendo lideranças comunitárias em projetos participativos de forma democrática, como o PGE, seja através das remoções de muitos moradores locais que resistiram a sair para que obras acontecessem. Algumas dessas obras tiveram um impacto positivo na região, mas outras trouxeram à tona a necessidade do fortalecimento entre os moradores em redes de luta por qualidade de vida e direitos. Parte dessas lutas populares organizadas aconteceu, segundo Vinícius Moreno, na época da realização do Programa Vila Viva[10], devido ao atraso em sua finalização, colocando a população em um longo espaço de tempo à espera de sua nova moradia, ruas sem asfalto e saneamento básico, muito entulho e aumento da incidência de zoonoses[11]. Nesse sentido, o MTD se insere na região e colabora nessas lutas por direitos e na resistência contra as ações do Estado - Capital.

Indisciplinar: Obrigada pela entrevista, Vinícius!

Vinícius Moreno: Eu que agradeço! É muito bom envolver a Academia nesses processos. Acreditamos que a construção do conhecimento científico, do conhecimento acadêmico, tem que estar vinculada a algo real. Ahamos super válido que o Indisciplinar esteja fazendo esses processos e ajudando nos projetos. Também nos articulamos com outros setores da Universidade, principalmente a Assessoria Jurídica da Universidade Popular (AJUP), que tem uma parceria conosco desde 2013. Por isso, queremos que vocês estejam mais lá, com mais projetos e que haja uma troca de conhecimentos, vivências, experiências de vida, tanto para as pessoas que estão lá e principalmente, para os estudantes. Que saíamos um pouco da bolha universitária para pisar no chão e ver o que as famílias realmente estão sofrendo e passando. E que também não é só sofrimento, tem muita alegria! O povo é feliz, sabe se divertir, fazer suas coisas, apesar das condições materiais não serem as ideais.

Indisciplinar: Vinícius, como é o envolvimento do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) com a Frente Brasil Popular (FBP)? E qual é a relação do MTD e FBP em relação à Igreja Católica e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à Teologia da Libertação?

Vinícius Moreno: A Frente Brasil Popular é uma grande articulação que surgiu no período do golpe, no impeachment da Dilma Rousseff. Entendemos que foi um golpe, pois a tiraram por meio de um processo administrativo que não tinha fundamento sólido. Havia somente uma desculpa para tirar uma Presidenta que foi eleita pelo povo, para colocar outras pessoas no poder e mudar o projeto que vinha sendo executado no país. Hoje, dentro da Pedreira Prado Lopes temos um comitê local[12] que vem tentando se articular com as igrejas, com algumas lideranças locais e também com os aparelhos públicos. Temos uma boa relação com o CRAS, com o Fica Vivo[13], com o Programa de Mediação de Conflitos[14]. Em relação à igreja, tínhamos um contato maior com a Igreja Batista da Lagoinha[15], mas de uns tempos para cá, ela assumiu alguns posicionamentos políticos muito diferente dos nossos e por isso, acabamos nos afastando.

Sobre as CEBs[16], para nós do MTD, elas são uma referência mais teórica e de métodos de trabalhos de base. Principalmente, quanto ao estabelecimento de um vínculo maior com os

pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG), Carolina Nasser (Advogada formada pela UFMG e doutoranda na Faculdade de Direito/UFMG) Susan Oliveira (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG) e por Natacha Rena (Professora Doutora da EA/UFMG, além de líder do grupo de pesquisa Indisciplinar e coordenadora do GE Lagoinha).

7: Neil Smith (p. 16-17, 1988) analisa como a configuração da paisagem é determinado por padrões espaciais de intervenções induzidas por estratégias de sobrevivência do capitalismo, cuja marca registrada é uma estrutural desigualdade perante as escalas de ações urbanas globais e locais. Além disso, o conceito parte da contradição entre o valor de uso e valor de troca, que gera uma tensão de movimentos do capital, ora voltado para a equalização espacial, ora voltado para a diferenciação espacial e que por fim, resulta no desenvolvimento desigual. Exemplos de desdobramentos da lógica do desenvolvimento desigual, evidenciados por Neil Smith (1988) são: colonização, a modernização, dicotomia de poderes centro/periferia e as reestruturações urbanas.

8: Segundo o site da FBP, seus objetivos são:

“defender os direitos e aspirações do povo brasileiro, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país decidimos – sem abrir mão das reivindicações específicas, da diversidade de opiniões e da autonomia das organizações que integramos e representamos—criar a Frente Brasil Popular.” Disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/>>. E mais informações na fanpage: <<https://www.facebook.com/FrenteBrasilPopular/>>. Acesso em 28 de março de 2020.

9: “O Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que visa nortear as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em um estudo aprofundado da realidade dessas áreas, considerando os aspectos urbanístico-ambientais, socioeconômicos e organizativos, e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nesses locais e integrá-los ao conjunto

moradores locais, a partir de uma atuação no território que tem um formato de pensar a relação com as famílias e desenvolver um processo de politização. No entanto, desde que chegamos na Pedreira Prado Lopes percebemos que essa atuação das CEBs não vem funcionando muito, então não desenvolvemos de fato um contato mais próximo com as Comunidades Eclesiais na PPL. Em outros locais, como na Vila Cemig, por exemplo, era um local que tínhamos muito contato, principalmente com os Agostinianos, com os quais tínhamos uma boa relação. Na Pedreira, a Igreja Católica funciona no bairro São Cristóvão, que é dentro do Conjunto Habitacional IAPI. Eles sempre foram um pouco afastados e por este motivo, nunca tivemos uma relação muito próxima.

Indisciplinar: Quando iniciou a atuação do MTD na PPL? Foi a partir de alguma diretriz nacional?

Vinícius Moreno: Começamos a atuar lá em 2012, a partir da pauta do Vila Viva. Um contato nosso, que atuava no bairro Jardim Felicidade, conhecia algumas pessoas da PPL e falava conosco sobre o processo do andamento do Vila Viva. No papel, o projeto era muito bom, realmente melhorou algumas coisas. No entanto, a morosidade e o assédio às famílias geraram um processo que, quando entramos lá, parecia um cenário de guerra. Em vários locais, a PBH retirava as casas, os moradores e deixavam muitos entulhos. Dentro desse processo, não existia usuário, principalmente de crack, dentro do território. Então, os usuários saíram dos arredores da PPL e foram para dentro da comunidade. Outro fator que também contribuiu para isso foi a duplicação da Antônio Carlos. Porque muitos usuários ficavam e moravam mais ao redor da PPL, próximo à Antônio Carlos. Houve uma migração dessas pessoas para a Rua Itapecerica, onde hoje há uma casa de uso bem forte, e também, para dentro da Pedreira. Avaliamos essas questões como estratégias de expulsão dos moradores da PPL, porque houve uma morosidade, uma demora muito grande para retirar os entulhos e fazer as vias de acesso que já tinham como serem feitas. Os recursos já estavam liberados, a maioria dos recursos foram do PAC 1 e depois do PAC 2, que é gerido pelo Fundo Municipal de Habitação, pela URBEL e parte também pela SUDECAP.

O Vila Viva foi um processo que tirou muita gente da Pedreira. A URBEL alocava nos prédios moradores que eram de outros bairros, o que gerou muito conflito. Outra questão também prejudicial foi que os moradores da comunidade antes moravam em casas e

tinham cachorro, galinha, jardim etc. Ao passarem a morar nos prédios, gerou muitos conflitos com vizinhos, muitos idosos doentes por falta das plantas e animais. Dentro da execução do programa Vila Viva, existe a proposta de acompanhamento das famílias, por no mínimo dois anos – pós morar –, que não foi bem executado tanto no processo social, quanto na infraestrutura – os prédios apresentam vários problemas. A URBEL nunca geriu bem esse processo e muitas vezes deixou os moradores sem acesso ou apoio aos conflitos entre os moradores e as necessidades de cada família.

Indisciplinar: Entrando um pouco no que você falou sobre o Vila Viva, como foi a ocupação de um dos conjuntos habitacionais desse Programa? Quem conduziu essa ocupação foi o MTD?

Vinicius Moreno: Foi o MTD que puxou. Essa ocupação foi em 2013, na parte de cima da Pedreira, que eles chamam de Favelinha. Lá é o local onde há a maior concentração de prédios. Acredito que são 9 grandes blocos, sendo três deles de apartamentos com três quartos e outros, de dois quartos. Existe, na Favelinha, três grandes faixas construídas, sendo duas de apartamentos e outra para lazer com pequeno anfiteatro, uma pista de skate e uma quadra de esportes. Esses prédios estavam totalmente prontos, com toda infraestrutura e acabamento, mas ficaram dois anos parados. Então os moradores queriam muito que as famílias fossem realocadas e que ali começasse a ter vida e utilidade. Assim, fizemos essa ocupação muito mais no intuito de denunciar que aquilo ali estava parado e reivindicar que algumas famílias que não foram contempladas no Vila Viva, fossem alocadas para dentro de prédios.

Um grande problema do projeto era a coabitação familiar, onde duas famílias moravam juntas, compartilhando o mesmo terreno, mas em casas distintas e no momento de serem retiradas, somente uma conseguia apartamento. Para a URBEL, as famílias tinham que satisfazer três critérios básicos para conseguir dois apartamentos, que eram: ter dois banheiros, duas entradas e duas geladeiras. Algumas casas tinham uma entrada, dois banheiros e duas geladeiras, então quando a família fugia a esse critério, ela não conseguia duas moradias. O exemplo disso é a Edineuza; ela morava com seus quatro filhos em uma parte da casa, e na outra, morava sua mãe com mais duas pessoas. Quando ela foi retirada de lá, foi alocada em um único apartamento para todos morarem juntos, sendo que viviam em uma casa de dois pavimentos. No entanto, por essa possuir somente uma entrada, as famílias não

da cidade.” Informações retiradas do site da PBH, disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pge-planejamento>>. Acesso em 29 de março de 2020.

10: “O Programa Vila Viva é uma intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico. (...) A origem do programa está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE), que é o instrumento de planejamento que norteia as ações a serem realizadas. As intervenções contam com recursos federais, obtidos por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal.” Informações retiradas do site da PBH, disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>>. Acesso em 28 de março de 2020.

11: Para mais informações sobre o histórico da PPL, sua resistência contra processos de urbanização neoliberal, organização comunitária e outras lutas por direitos acesse o artigo TERRITÓRIOS, MOVIMENTOS POPULARES E UNIVERSIDADE: ENTRELACANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA PEDREIRA PRADO LOPES, disponível na edição v.5 n.2 da Revista Indisciplinar em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1266/178>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

12: Comitê da Frente Brasil Popular (FBP) – para territorializar a frente e atrair mais pessoas, a FBP criou comitês locais por região e/ou bairro. Participava: MTD / Levante / Coletivo Lindalva / Coletivo Alvorada / Campanha nacional Lula Livre / Lideranças locais / Grupo de capoeira.

13: “O Programa Fica Vivo! é um programa de prevenção social à criminalidade que possui foco na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens, atuando em áreas que registram maior concentração de homicídios. O programa Fica Vivo! articula dois eixos de atuação: Proteção Social e Intervenção Estratégica.” Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoas>>. Acesso em 28 de março de 2020.

14: “O Programa Mediação de Conflitos (PMC) faz parte da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade desde 2005 e está inserido em equipamentos públicos denominados Unidades de Prevenção à Criminalidade. (...) A intenção é construir com os moradores uma

obtiveram os critérios necessários para duas moradias. Assim, as famílias que participaram da ocupação nesse Conjunto Habitacional eram pessoas que estavam dentro do déficit habitacional, que ainda moravam junto com os seus familiares e que não tinham sido contempladas pela política do Vila Viva. Por isso, entramos como um ato de protesto para mostrar para URBEL que queríamos pressionar. A ocupação durou em torno de 18 horas, mas surtiu um grande efeito, porque a URBEL, em um intervalo de 3 meses, alocou todo mundo nos prédios. Colocaram gente de vários lugares: da Vila Cemig, Concórdia e da própria Pedreira. E também terminaram dois outros prédios, sendo um na Rua Pedro Lessa, bem próximo à Ocupação Pátria Livre/MTD[17], que já estava com toda a estrutura e só faltava o acabamento. Por esse motivo, os moradores ficaram muito impressionados, como a luta social fez uma reivindicação de anos se concretizar, sendo que havia dois anos que os prédios já estavam prontos e a URBEL não tinha justificativas contundentes. Havia muita gente no aluguel social morando de forma bastante precária, no entanto, havia apartamentos com melhor qualidade, prontos e desocupados. Essa foi uma forma de pressionar e surtiu efeitos, os prédios foram terminados e as famílias inseridas.

Indisciplinar: Nesse processo das ocupações, como o exemplo do Conjunto Habitacional do Vila Viva, é o MTD quem faz esse diálogo com o poder público? Como essa interação se dá?

Vinicius Moreno: Sim. Para isso precisamos ter um interlocutor de negociação, que tente um processo de diálogo com o poder público sobre o atendimento de pautas das famílias. Acreditamos que algumas ocupações possuem um caráter de agitação das reivindicações, a fim de dar visibilidade, mas também acreditamos que é preciso tentar ter ganhos econômicos para as famílias. Isso faz com que as pessoas se insiram mais no Movimento, dentro dos processos de luta e se politizem cada vez mais. Porque acreditamos que a pauta econômica é também uma forma de politizar e inserir mais pessoas nas lutas sociais. Acreditamos que as pessoas não têm que lutar só pelo seu, só pelo individual, mas sim pensar no coletivo, e no caso da PPL pensar também no território.

Dentro do processo da Pedreira, antes dessa ocupação do Vila Viva, paramos a Avenida Antônio Carlos umas três ou quatro vezes, e a primeira gerou ótimos resultados. Havia três grandes locais que eram aglomerados de lixo na PPL e que, com a nossa paralisação na Avenida, a URBEL foi lá e limpou. Um desses

lugares de acúmulo de lixo era atrás do Colégio Municipal, outro era em frente ao antigo centro cultural onde havia uma sequência de oito casas que estavam todas abandonadas e o poder público alegava que o trator não chegava lá. Após essas manifestações, a URBEL limpou tudo em dez dias. A partir daí, começamos a fazer grandes assembleias para saber quais eram as outras demandas dentro da Pedreira. Com isso, fomos vendo o atraso na entrega das obras do Vila Viva.

Nesse contexto, algo importante era o funcionamento da associação. A Associação União Prado Lopes tinha dezenove anos, mas durante dezesseis, não tinha tido eleição. A presidenta da associação também era representante no Conselho Local de Saúde e no Orçamento Participativo (OP). Enfim, ela representava a comunidade em todos os espaços. Era tudo muito concentrado e centralizado. Em um determinado momento, criamos outra associação comunitária, a Pedreira Unida, que funcionou durante um tempo com a presidência da falecida dona Edna, a qual começou a articular e pensar coisas diferentes da União Prado Lopes. Dentro da Pedreira Unida fomos dividindo as pessoas para algumas tarefas. Por exemplo, o Senhor Walter, que hoje é o representante dentro do Conselho Local de Saúde foi direcionado pela associação a acompanhar as reuniões da comissão local de saúde. Fomos tentando descentralizar esse poder, essa representatividade dentro de alguns espaços vinculados ao poder público.

Voltando às ocupações, em 2014, ocupamos o Centro Cultural Liberalino Alves que foi uma outra pauta muito grande dos moradores. O Centro foi fechado pela Prefeitura com a justificativa de que o prédio estava em risco. (E o prédio era o quê? Era o primeiro conjunto habitacional do Orçamento Participativo[18] elaborado no governo de Patrus Ananias em 1994. Esse edifício era uma antiga caixa d'água com vários problemas, sendo um deles o próprio uso da água, porque ela era usada para abastecer principalmente o Conjunto IAPI. Era uma contradição, um problema danado. Por isso, Seu Liberalino Alves[19] começou a construir um espaço na parte de baixo da caixa d'água, onde há um esqueleto estrutural. Ele pegou dois ou três pedaços ali e fechou, e começou a construir um espaço de convivência que antes não era um centro cultural. Esse processo começou a ser feito no início da década de 1990, uma vez que muitas pessoas estavam ocupando esse local e morando de forma muito precária. O local era muito úmido, havia focos de zoonoses e por esse motivo eles pararam de utilizar com esse

segurança pública cidadã e promover meios pacíficos de resolução de conflitos, a partir dos fundamentos da mediação comunitária, impactando na redução da violência letal.” Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/mediacao-de-conflitos>>. Acesso em 28 de março de 2020.

15: Mais informações sobre a Igreja Batista da Lagoinha no site: <<https://lagoinha.com/home>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

16: Dentro da Teologia da Libertação as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) atuam na formação de uma consciência crítica e na recuperação da atuação do povo na defesa de seus direitos.

17: Fanpage da Ocupação Pátria Livre/MTD disponível em: <<https://www.facebook.com/MTDMOTU/>>. Acesso em 28 de março de 2020.

18: Com 40 unidades habitacionais, o Araribá foi construído em 1994 por meio do Orçamento Participativo – governo municipal de Patrus Ananias (Partido dos Trabalhadores - PT) – e foi primeiro a conjunto habitacional em vilas e favelas de Belo Horizonte.

19: Liberalino Alves foi uma importante liderança

comunitária da Pedreira Prado Lopes, tanto pela sua atuação no território quanto pela sua ligação com o poder público.

propósito, para utilizá-lo como Centro Cultural. Em 1994 veio o OP e o conjunto Araribá, que existe até hoje.) Enfim, a PBH parou o funcionamento do Centro Cultural, alegando que o prédio estava em risco de cair e que estrutura não aguentava. A Prefeitura tirou tudo que estava lá e manteve um segurança que ficava à noite e uma pessoa para limpar. O Centro Cultural ficou paralisado durante oito anos, porém sem retirar as 40 famílias que viviam no conjunto Araribá.

Indisciplinar: E você sabe qual secretaria da PBH que estava envolvida nessa interdição do Centro Cultural?

Vinicius Moreno: Não sei. Hoje não existe uma Secretaria de Cultura, é a Fundação de Cultura. Não sei se na época existia uma fundação ou se isso era ligado a uma secretaria. Mas quem levou isso, de que o espaço não estava adequado foi a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP). Nessa situação, uma das primeiras críticas básicas à SUDECAP foi: “se aqui não tem como funcionar o Centro Cultural por causa da estrutura, então vocês terão que tirar 40 famílias que estão em cima (no Conjunto Araribá). Porque se o prédio cair vai afetar um monte de famílias”. No Araribá estão famílias muito numerosas, são 41 ou 42 famílias, que posteriormente fizeram um puxadinho nos apartamentos e aumentaram o tamanho. Havia em torno de 200 pessoas morando no local, então essa justificativa da Prefeitura era furada. Não tinha uma base material real, isso foi só para fechar o Centro Cultural, que tinha uma das maiores bibliotecas, um funcionamento esplêndido, das pessoas se envolverem! Se você conversar com as pessoas da geração, que hoje têm 30 anos, todo mundo conhecia esse espaço. A PPL é bem territorializada. Por exemplo, o pedaço de cima que não dialoga com o de baixo. Nesse contexto, o Centro Cultural era um local em que todo mundo participava e circulava. Então eles (SUDECAP) cortaram o Centro Cultural e começamos a questionar o motivo. Um belo dia, o gestor que estava lá abriu a porta para nós e o lugar estava limpo, arrumado, maravilhoso. Com isso, pedimos para reabrir o Centro, mas aí veio outra justificativa: “realmente não tem risco na estrutura, é possível dar continuidade ao funcionamento, no entanto, há muito escorpião”. Aí, fomos insistindo, insistindo, insistindo com o gestor e entramos no espaço. Havia uma parede que estava bem mofada, mas no geral não, e os poucos escorpiões que havia eram do outro pedaço, onde ficava a rede de esgoto do prédio. Depois disso, fizemos duas grandes reuniões na Pedreira, em um lugar que chamava Casa da Paz, que era da Igreja Batista da Lagoinha – a igreja nos ajudou bastante nisso.

Compareceram três secretarias: SUDECAP, URBEL e Fundação de Cultura, além de outros representantes do poder público para ver o que a gente faria. Nessa reunião, acabou não definindo muita coisa e ocupamos o Centro Cultural, com um pouco de aval do gestor do espaço na época.

A comunidade começou a usar o local desde 2014, principalmente para fazer as reuniões do grupo de mulheres do MTD e a abrir para outras coisas, como festas de criança e várias outras atividades que a comunidade demandava. Fizemos algumas reformas e alguns projetos para melhorar o espaço. Só que o movimento social sem recursos e sem ajuda do poder público foi ficando mais difícil. Depois, conseguimos articular oficinas junto com esse gestor e também com a Escola Integrada, o que deu uma dinâmica maior ao Centro Cultural.

Indisciplinar: Você pode nos contar mais sobre esse histórico de funcionamento do Centro Cultural Liberalino Alves e sobre o deslocamento desse equipamento público?

Vinicius Moreno: O Centro Cultural ficou aproximadamente oito anos paralisado. Depois a PBH retomou o Centro Cultural no Mercado da Lagoinha em uma salinha, um lugar muito pequeno, quase não funcionava nada. De uns dois anos para cá melhorou, houve muito mais atividades. O povo sempre reclamou essa transferência para o mercado distrital e até hoje reclama porque se tornou um local sem acesso direto pela Pedreira. Os gestores argumentam que o Centro Cultural não é da Pedreira, que é da região. Mas o foco era ali, ele surgiu dali e de uma pauta histórica daquele território. A partir da luta do senhor Liberalino Alves, que é o nome do Centro Cultural até hoje. E até hoje, quase ninguém da PPL vai, a maior frequência são dos moradores do entorno, o povo do outro lado da Avenida. Recentemente os moradores da Pedreira passaram a ser mais envolvidos pelas atividades do Centro Cultural, quando começou a haver a academia aberta na Rua Araribá, e alguns outros projetos lá.

Indisciplinar: Como comentado por você, durante determinado tempo, a Igreja Batista da Lagoinha foi parceira do MTD, ajudando no processo de articulação com o poder público para a reabertura do Centro Cultural Liberalino Alves. Atualmente ela ainda está presente?

Vinicius Moreno: A Igreja Batista ajudou mais na articulação política porque conhecia muita gente dentro da Prefeitura, principalmente o secretário de obras, que era o Valadão[20].

20:“Josué Valadão é Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura na PBH. É graduado em Administração de Empresas, atuou como Superintendente de Desenvolvimento Empresarial da Fiemg. Na PBH, ocupou as Secretarias Municipais de Governo, Políticas Sociais e atualmente é responsável pela pasta de Obras e Infraestrutura”. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/integrantes/obras-e-infraestrutura>>. Acesso em 28 de março de 2020.

21: Mais informações sobre a ação Pedreira Colorida em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/parceiro-mg/noticia/2013/07/comunidade-da-ppl-tem-contraste-entre-lixo-e-paredes-coloridas.html>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

Ele é dessa igreja e ajudou em algumas articulações. Mas no processo de ocupação e uso do Centro Cultural, a igreja esteve pouco envolvida. Tinha um grupo de jovens que chamava “Inconformados”. No início da ocupação, eles fizeram uma ação no local e pintaram o espaço conosco, foi uma atividade mais prática. Isso porque a igreja tinha um projeto chamado “Pedreira Colorida”[21], no qual eles pintavam algumas casas. Em vários locais da PPL você vê casas amarelas, azuis, bem coloridinhas, sendo assim, o Centro Cultural entrou como parte do projeto que a Igreja Batista da Lagoinha já fazia.

Indisciplinar: E o que há hoje no antigo espaço do Centro Cultural?

Vinicius Moreno: Hoje uma pequena igreja utiliza um pedaço e a outra metade utilizamos para reuniões. O que sempre quisemos foi retomar as atividades do Centro Cultural. A gestora anterior, tinha intenção de ajudar nesse processo, só que a Fundação de Cultura não autorizou. Inicialmente era para colocar uma pessoa para segurança e limpeza, e assim alocar algumas oficinas no espaço, mas ela foi barrada. Então, começamos a fazer assembleias e também um abaixo assinado. Atualmente a gestora saiu desse cargo e a igreja está usando mais o espaço, por isso estamos repensando estratégias para utilizá-lo mais.

Indisciplinar: Dentro das ações que vocês desenvolveram na PPL também tem a ocupação da UMEI Pedro Lessa. Qual o antecedente no território que fez surgir essa demanda? Você poderia nos contar como foi esse processo?

Vinicius Moreno: No início da nossa atuação na Pedreira, trabalhamos muito na pauta da associação e também do Centro Cultural, entre 2014 e 2015. Em 2016 ocupamos a creche UMEI Pedro Lessa, que estava parada há aproximadamente dois anos. A PBH tinha feito um projeto do Governo Federal de reestruturação do espaço e gastou um milhão e poucos lá. O Márcio Lacerda, quando estava no processo de enxugar um pouco o número de funcionários da Prefeitura, desativou essa escola. Ela estava parada com uma ótima estrutura, com berçário e outras coisas muito boas comparando-a a outras UMEIs. Em 2016, especialmente a partir do grupo de mulheres do MTD, notou-se a grande demanda de crianças com a necessidade da creche. Essa era uma pauta da família, mas que as mulheres acabaram assumindo mais a frente, reivindicando e indo atrás. Essas mulheres não podiam trabalhar pela falta dessa creche. A UMEI

tinha uma capacidade de 150 a 160 crianças, estava parada e havia uma demanda de umas 190 crianças que estavam sem escola. A partir do cadastro que a Prefeitura sempre cola na porta das escolas, vimos quem foi contemplado ou não, e essa demanda ficou aparente. A justificativa apresentada pelo Márcio Lacerda não foi a de diminuir a folha de pagamento de funcionários, mas sim, a de que caiu uma pedra da pedreira no pátio da escola e por isso era um risco as atividades retornarem. Só que a pedreira passa por boa parte da favela, um pedaço está na UMEI, o outro está em um campo de futebol que é super utilizado. Todos os dias tem gente lá, e um outro pedaço, fica colado em umas casas embaixo. Começamos a questionar a Prefeitura para fazer uma obra de contenção, porque não é só a escola que está nesse local. Outra solicitação foi a retirada da pedra da creche e ver como reutilizar o pedaço que não estava apropriado. A nossa ideia inicial era fazer essa obra de contenção. Conseguimos dois geólogos e um engenheiro civil para fazer os pré-projetos, mas para a execução, o custo seria grande. Seria uma contenção parecida com a que tem na Ocupação Pátria Livre, que fica no outro lado da rua da UMEI, tem um chapeamento em uma parte do terreno, sendo basicamente uma obra de contenção, que consiste em colocar ferragens e cimento para as pedras não caírem mais. Essa obra é antiga, da década de 1970, então a ideia era que fizéssemos o mesmo na creche.

Nesse contexto, em novembro de 2016, no dia internacional da não-violência contra a mulher, fizemos essa ocupação, que foi no mesmo período em que estavam ocorrendo as ocupações das escolas pelos estudantes. Essa ocupação da UMEI Pedro Lessa foi a primeira em uma escola de primário (e creche) no Brasil. Ocupamos junto com o Levante Popular da Juventude, e nesse período, o governo já estava em transição para o atual prefeito Alexandre Kalil. O Kalil nos recebeu no Buritis, onde estava funcionando o governo de transição, para uma reunião, na qual ele se comprometeu a visitar a UMEI e ver como estava o espaço. Ele levou alguns engenheiros e o pessoal da Defesa Civil para avaliar qual era a possibilidade de reabrir ou não. A nossa pauta desde o início foi o retorno do funcionamento da escola, mas na época, o Lacerda tentou jogar que estávamos ocupando por moradia e ficou nos pressionando muito, principalmente via guarda Municipal, para que saíssemos do espaço e só negociariam assim que desocupássemos. Vimos que o atual prefeito não era um canal de diálogo e procuramos o governo de transição e assim, conseguimos dialogar com o Kalil. Depois de três dias dessa reunião, o Kalil foi na ocupação, na escola, e viu

22: Mais informações sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no site do movimento e na fanpage disponíveis, respectivamente, em: <<https://www.mabnacional.org.br/>> e <<https://www.facebook.com/mabbrasil/>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

23: Mais informações sobre o Movimento Sem Terra (MST) no site do movimento e na fanpage disponíveis, respectivamente, em: <<https://mst.org.br/>> e <<https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

24: Mais informações sobre o Levante Popular da Juventude na fanpage do movimento disponível em: <<https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

25: Valéria Borges é moradora da PPL e importante liderança local, além de ser militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Por ser professora do primário e muito ativa nos movimentos em defesa da comunidade, Valéria é muito conhecida, admirada e respeitada pelos moradores locais. Em entrevista concedida ao

Indisciplinar, Valéria Borges conta sobre as contínuas expulsões enfrentadas pelos moradores favela. Essas informações estão disponíveis no documentário produzido pelo grupo de pesquisa durante a pesquisa Territórios Populares (TP), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZZXSRVAneMI>> e no blog da pesquisa em: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/pedreira/>>. Acesso em 28 de março de 2020.

como estava o processo. A partir disso, o que ele fez foi o mais barato, isolar com um muro o pátio onde a pedra caiu, que era a cantina, para que não se usasse mais. Com isso, foram feitos alguns reajustes e a escola passou a ser usada praticamente em sua capacidade máxima. Cento e tantas crianças contempladas. Ali para região quase que zerou a necessidade das crianças para escola. Isso foi uma vitória muito grande, pois as mulheres se sentiram mais empoderadas. No terceiro dia de ocupação fizemos uma feijoada e conseguimos levar a comunidade para dentro, então foi um processo bem interessante.

Indisciplinar: Como você comentou, o Levante Popular da Juventude foi um dos parceiros na ocupação da UMEI. Quais outros movimentos populares ligados à FBP estavam presentes nessa e nas outras ocupações?

Vinicius Moreno: Na Ocupação Pátria Livre, várias organizações participaram principalmente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)[22], o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)[23] e o Levante Popular da Juventude[24], mas também tivemos o grande apoio de vários sindicatos e de organizações que compõem a Frente Brasil Popular. Na UMEI, a FBP já existia e também prestaram solidariedade e participaram com doações, como o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (SINDIELETRO), o Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (SINDIPETRO/MG), o Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos de Belo Horizonte (SINDIBEL), e vários outros parceiros que contribuíram muito nesse processo de solidariedade e visibilidade.

Indisciplinar: Como foi a aproximação do MTD com a comunidade da PPL e a receptividade dela com o Movimento? Ainda hoje, como é essa relação com os moradores e associações comunitárias?

Vinicius Moreno: Chegamos em 2012 na PPL e percebemos essa situação que eu descrevi anteriormente, um cenário de “guerra” (casas sem moradores, janelas e portas, muito entulho, esgoto a céu aberto e sem asfalto). Começamos com reuniões pequenas a partir de alguns contatos, os primeiros foram a Valéria[25] e a sua sobrinha, e a partir disso fomos reunindo alguns amigos. A Valéria é uma liderança local ativa e tinha um grupo que se chamava Mobilização, que era um grupo de jovens e que tinha muitos participantes. Ela começou a trazer essas pessoas para as reuniões. A associação União Prado Lopes estava praticamente paralisada, só usavam para fazer articulação

com o poder público e não participavam praticamente de nada. Havia outras associações que não eram de moradores, mas sim temáticas, como o “Fala Pedreira” que era um jornal coordenado pelo Robson, liderança local muito importante e ativo nas ações da comunidade. Havia lideranças de alguns locais que participavam, e no geral eram mais elas e os moradores. O que fez com que tivéssemos mais receptividade e uma inserção maior foi a primeira paralisação da Antônio Carlos. Antes disso, fizemos uma assembleia na Escola Municipal José Bonifácio, com aproximadamente 70 pessoas. Achamos que iriam mais pessoas, mas com isso chegamos coletivamente à decisão de parar a Antônio Carlos. Decidimos paralisar pela manhã, horário em que o trabalhador está indo trabalhar e não o atrapalha tanto, mas que incomoda o patrão. Fomos com a pauta de exigir o término da obra do Vila Viva e a retirada dos entulhos que comentei anteriormente. Com isso, a receptividade começou a melhorar, assim como a participação das pessoas nas reuniões, que passou a ter mais gente.

Indisciplinar: Sobre a Ocupação Pátria Livre, como vocês identificaram o local como potencial para realizar uma ocupação por moradia? E por quanto tempo esse edifício esteve desocupado? Quais foram as estratégias que o MTD utilizou para esse processo de ocupação?

Vinicius Moreno: Desde a época em que ocupamos o prédio do Vila Viva, em 2013, já vínhamos mapeando alguns prédios ali na região. Dentro do Movimento, temos elaborado e testado um método de ocupação, que parte muito de um trabalho de base concreto e, para isso, fizemos durante quatro meses, reuniões de preparação para ocupar. Dentro desse método, acreditamos que precisamos preparar as famílias e dar preferência para fazer uma ocupação no território em que elas moram, para não quebrar as redes sociais das famílias e acesso os serviços públicos. Quando se ocupa em outro território, as famílias têm dificuldade de acesso ao posto de saúde, à escola, à rede de solidariedade... por esses motivos, essa questão foi central para nós. Assim, mapeamos os prédios e os locais ali dentro da PPL e fizemos uma preparação para a ocupação com pessoas que eram do próprio território. Todo mundo que ocupou era da própria Pedreira e da Vila Senhor dos Passos (VSP), comunidade vizinha, sendo a grande maioria da PPL e cinco ou seis famílias da VSP.

Nesse processo, fizemos todo um estudo do terreno, quais eram os problemas jurídicos, quais as dívidas. Primeiro fomos no

cartório e conseguimos os documentos, depois na Prefeitura e conseguimos as dívidas. Esse prédio estava há cerca de 25 anos parado, ali era a sede de uma empresa que faliu. O imóvel foi para o Ministério do Trabalho, e, posterior, a leilão. O valor venal, o valor que estava no documento, era de 740 mil reais o imóvel todo, sendo que quem o arrematou em leilão pagou 75 mil reais, um absurdo né?! Depois desse leilão, saiu uma lei que todo imóvel leiloadado tem que ser de no mínimo, 50% do valor venal.

Pesquisamos sobre o proprietário. Ele foi Advogado Geral da União durante um tempo e ele tinha vários imóveis assim, é um especulador. Tínhamos outros locais que avaliávamos positivamente para ocupar, mas aquele era o ideal. Dessa forma, desde o início, a ocupação teve dupla função: a de moradia, que era a pauta mais urgente e que mais mobilizava as famílias; e a outra, de geração de trabalho e renda pelo fato do terreno possuir um galpão. No início, a ideia sempre foi fazer um espaço de uma cozinha comunitária no galpão, para ofertarmos alimentos a baixo custo, e também um espaço que fosse um centro cultural. A Pedreira é muito próxima ao centro de Belo Horizonte, mas os moradores da comunidade não vão para lá, onde eles chamam de “cidade”. Eles não tinham acesso a vários equipamentos de cultura e lazer, e esse é um dos objetivos em que trabalhamos e estamos conseguindo fazer. A questão da cozinha já demanda um recurso maior, ainda é uma perspectiva.

Quando ocupamos o terreno percebemos que são três grandes faixas: uma é o pátio, onde há um grande portão; a outra é o galpão e na sequência dele, atrás tem um prédio de seis andares; e a terceira faixa é um local em que funcionava algumas coisas administrativas e onde também havia duas moradias. Ao longo da ocupação, fomos vendo que havia problemas até mesmo no que o proprietário estava requerendo, porque boa parte do pátio lateral é terreno da prefeitura. Só a parte da edificação que é propriedade privada. O atual proprietário nunca teve a posse, porque nunca usou, além de verificarmos que ele não estava cumprindo com a função social do imóvel. Assim, ocupamos desde 7 de setembro de 2017.

Indisciplinar: E como é que funciona isso, essa questão da posse sendo que o terreno está em área de ZEIS? Isso facilita a permanência da ocupação no processo de reintegração de posse ou o proprietário pode vender? Como é que fica essa negociação de vocês com ele?

Vinicius Moreno: Quando estávamos ocupando, o proprietário já havia requerido várias vezes para retirá-lo da ZEIS. Retirar apenas a edificação desse zoneamento. Por quê? Porque ele queria fazer um empreendimento ali. Mas como é ZEIS ele poderia usar somente para moradia.

Ser ZEIS, o prédio, ajuda a manter o espaço como moradias, tendo total condição de funcionar, com um pátio para área de lazer e o galpão como um espaço de convivência para comunidade. A negociação passa por uma mesa composta pelo movimento, poder público e proprietário.

Indisciplinar: Qual é a relação do MTD, da Frente Brasil Popular, com as instituições religiosas, que podem ser: evangélicas, os terreiros, os centros espíritas?

Vinicius Moreno: Estamos tentando nos aproximar de algumas igrejas. Muitas famílias que moram na Ocupação Pátria Livre são evangélicas, apesar da ocupação não ser bem vista pelos pastores. Aham que é um pecado, que aquilo ali é um erro. No entanto, muitos pastores, principalmente os seguidos pelas famílias que moram na Ocupação, viram que isso deu uma enorme qualidade de vida a elas. Que estão se alimentando melhor, se vestindo melhor e se bobear até o dízimo está em dia. As crianças, que às vezes eram assediadas pelo tráfico, não estão sendo mais. As meninas, que eram assediadas ali no cotidiano, não estão sendo mais. Isso tudo são relatos das próprias famílias. Então, a qualidade de vida delas melhorou muito porque todas saíram do aluguel ou da situação de “morar de favor”. E isso gerou um processo de aceitação melhor do Movimento na comunidade.

Ainda temos empecilhos que nos atrapalham de fazer coisas conjuntas com algumas instituições. Mas temos boas relações com alguns pastores. Isso porque na Pedreira cada pastor tem uma igreja com um nome diferente, são igrejas pequenas. A Igreja Batista da Lagoinha foi a que a demos uma distanciada devido ao processo do golpe da ex-presidenta Dilma e das últimas eleições de 2018. E com o terreiro, o do Pai Ricardo[26], temos um diálogo mais inicial. O povo do OriSamba[27] também já foi lá na Ocupação uma vez. Então estamos tentando um contato maior, mas o vínculo não é tão orgânico. No geral, essas religiões de matriz africana são muito mal vistas pelos neopentecostais. Há sempre algumas coisas que as pessoas criam uma repulsa ou um atrito. Para vocês terem uma ideia, toda segunda e quarta acontece o ensaio da capoeira de Angola na Ocupação, e, principalmente no início, as mulheres que vivem lá não queriam que seus filhos frequentassem, porque

26: Pai Ricardo de Moura é Mestre de Saberes Tradicionais da UFMG e coordenador da Associação de Resistência Cultural Afro-brasileira Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente (CCRJO), localizada na Vila Senhor dos Passos. Disponível em: <<http://www.saberestradicionais.org/pai-ricardo-de-moura/>> e <<https://www.facebook.com/casadecaridadepaijacobdoorient/>>. Acesso 05 de novembro de 2019.

27: OriSamba é um grupo cultural artístico-carnavalesco de matriz afro-brasileira, que surgiu em 2016 com a iniciativa dos moradores do bairro da Lagoinha de BH e Região Metropolitana, além de integrantes da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. Informação proveniente da fanpage do facebook do grupo musical. Disponível em: <<https://www.facebook.com/orisambaoficial/>>. Acesso 31 março de 2020.

28: Fanpage nas redes sociais em: <<https://www.instagram.com/movimentogentileza/>> e Movimento Gentileza conta com estratégias de embelezamento e melhorias do espaço urbano, conferir no site da prefeitura em: <[https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/movimento-gentileza-leva-arte-](https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/movimento-gentileza-leva-arte-urbana-para-passarela-da-lagoinha)

urbana-para-passarela-da-lagoinha>.

29: “Iniciativa que conecta pessoas que acreditam no potencial transformador do bairro Lagoinha por meio da economia criativa. #vempralagoinha #gentefica”. Informação retirada da fanpage do Facebook sobre o movimento Viva Lagoinha. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vivalagoinha/>> e relato do fundador do movimento em podcast disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1avEzq31jx1LHCL0syNm8e?si=wGinp-z7RhaTZm3V_qDRtg&fbclid=IwAR0LVdNOHAujXL-0hoiS0BNdGbhV444hMlhSVOqSdZcs7lbhGp7fi159_al>. Acesso 31 de março 2020

30: Manchete sobre a intervenção urbana de requalificação urbana e embelezamento do espaço público. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/movimento-gentileza-leva-arte-urbana-para-passarela-da-lagoinha>>. Acesso 31 de março 2020.

31: Vale lembrar que, na época da realização da entrevista com Vinicius Moreno, a PBH e especificamente, a SMASAC (Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar

tinha música, berimbau, às vezes um incenso e elas achavam que era “macumba”. Essa visão é ainda mais forte no conjunto habitacional em frente, quase nenhuma criança vai na capoeira porque as pessoas têm preconceito. Então existe um preconceito grande com essas religiões de matriz africana.

Indisciplinar: Retornando à questão da cultura, ultimamente tem ocorrido muitas ações culturais na Lagoinha e PPL, tal qual o “Movimento Gentileza”[28] e o “BH é da Gente”. Como o MTD identifica esses diversos interesses e movimentos na região? É possível que isso possa contribuir para a reativação do centro cultural Liberalino Alves em seu local de origem?

Vinicius Moreno: Nós vemos isso com muito bons olhos. Temos uma relação muito boa com o “Viva Lagoinha”[29], que contribuiu como o “Movimento Gentileza”, que pintou o muro do IAPI[30], a passarela e também um pouco da Rua Itapeçerica. Achamos isso ótimo, porque nessa região da Lagoinha, que engloba a PPL e a VSP, há muitos artistas. A Pedreira é tida como berço do Samba em Belo Horizonte, falam que uma das primeiras escolas de samba da capital surgiu lá. Então, a gente acha isso muito interessante, é uma forma de revitalizar o local. O Lacerda, por um tempo, deixou essa região cada vez pior, porque havia a proposta de criar o Centro Administrativo ali. Então, se você deixa o local precário, sujo, com mau uso, para você desapropriar fica mais barato. E o que vem sendo feito atualmente é diferente, é muito interessante isso o que poder público está fazendo. É claro que algumas coisas poderiam ser melhores. Por exemplo, a PBH fez o calçamento muito grande na Rua Araribá, onde juntou muitos usuários, atrapalhou o trânsito e não está tendo utilidade. Acreditamos que eles deveriam ter uma política mais voltada para a saúde pública a fim de lidar com os usuários, do que algo vinculado à segurança pública, vinculado à polícia[31]. São fatores que acreditamos que eles ainda têm que ajustar, mas é muito interessante esse processo cultural. Isso porque a Pedreira ficou por muito tempo renegada, jogada de lado pelo poder público e pelo meio artístico. Essas ações culturais são bem interessantes, como o “Viva Lagoinha” e as geradas pelo atual Centro Cultural Liberalino Alves. O terreiro do Pai Ricardo também faz parte desse movimento cultural na região, tanto que eles têm o OriSamba, que é um bloco de carnaval. A partir disso, viemos casando várias coisas juntas, por exemplo, dentro do “Viva Lagoinha” há o projeto “Rolezinho na Lagoinha”, e um dos pontos de parada sempre é na Ocupação Pátria Livre, então temos feito alguns eventos nessa parceria.

Indisciplinar: E como foi o processo de integrar a Pátria Livre ao “Rolezinho na Lagoinha”? Os organizadores chegaram até você? Como foi isso?

Vinicius Moreno: Então, o Filipe Thales[32] ficou sabendo da Ocupação Pátria Livre e entrou em contato conosco por meio da gestora do Centro Cultural Liberalino Alves na época. Ele é um comunicador e liderança local que teve interesse em conhecer a ocupação, ajudando com indicações de alguns blocos de carnaval como os ensaios de quatro blocos: Magia Negra, Pata de Leão e mais outros dois que são ligados ao movimento negro e aos terreiros da região. Nesse processo, Filipe colocou a ocupação dentro do circuito do “Rolezinho”. Assim, começamos essa articulação com o objetivo de fortalecer ambos: cedendo o espaço para eles fazerem reunião no galpão e eles nos indicando artistas e pessoas da cultura.

Indisciplinar: Como é a atuação do MTD no território, tendo em vista o tráfico de drogas e as cenas de uso na região da PPL?

Vinicius Moreno: Com o tráfico e igreja é aquela coisa de não criar atrito e de não ter problema, porque dentro do território quem realmente tem poder são as igrejas e o tráfico. Tentamos ter o mínimo de relação, sendo ela pacífica e harmoniosa. Acreditamos que eles nos vejam com bons olhos, porque várias coisas que reivindicamos, como a UMEI, a moradia e a cultura, os beneficiam direta ou indiretamente.

Reforçamos sempre que o tráfico na Pedreira não representa 5% das pessoas que estão ali, que na grandíssima maioria são pessoas trabalhadoras, que são exploradas, têm suas dificuldades e precisam de uma assistência maior. E estou dizendo isso porque são familiares dessas pessoas, então não criamos nenhum atrito, nenhum problema, e tentamos dialogar.

Com os usuários, não temos nenhuma relação. Infelizmente é uma população que está muito à margem do poder público e da sociedade em geral. De certa forma, essas pessoas estão perdendo sua humanidade por questões que, no geral, são sociais. As pessoas não estão naquela situação por quererem, elas estão ali por falta de políticas públicas, por falta de trabalho, principalmente. Muitas pessoas que vêm, às vezes do interior, não conseguem trabalho, ficam em situação de rua e acabam entrando nas drogas. Existe o uso de crack naquela região? Existe muito, mas o álcool deve ser o principal problema. Tem um alcoolismo tremendo na região inteira.

e Cidadania) ainda estava no início das intervenções na região da Lagoinha, que teve foco em políticas públicas de redução de danos aos usuários de drogas. Para mais informações, ver a entrevista realizada pelo Grupo Indisciplinar com a Secretária da SMASAC - Maíra Pinto Colares - publicada no volume 5, número 2, da Revista Indisciplinar (2019). Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1267/192>>. Acesso 20 de dezembro de 2020.

32: Filipe Thales é fundador do Movimento “Viva Lagoinha”. A matéria do jornal “O Tempo” aborda o processo de formação da iniciativa de comunicação visual do “Viva Lagoinha”. Para mais informações, visitar: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/os-novos-bandeirantes-1.2174215>>. Acesso 31 março 2020. Ademais, o publicitário também tem investido no projeto “Rolezin da Lagoinha” que tem parceria com o grupo “Nossa Grama Verde”. Para mais informações, ver: Para mais informações, ver matéria disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/lagoinha-e-cenario-de-passeios-realizados-no-festival-de-verao-da-ufmg>> Acesso 31 março 2020.

33: O cursinho popular Podemos + ocorre na PPL e é organizado por um dos movimentos ligado à Frente Brasil Popular, o Levante Popular da Juventude. Para mais informações acesse a fanpage do movimento e a reportagem do jornal Brasil de Fato Minas Gerais respectivamente em: <<https://www.facebook.com/pg/levantebh/posts/>> e <<https://www.brasildefatommg.com.br/2019/07/09/cursinho-popular-em-belo-horizonte-mg-recebe-oficina-sobre-jornalismo>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

34: Mais informações sobre o acampamento Pátria Livre do MST acesse as reportagens no links: <<https://www.cptmg.org.br/portal/acampamento-patria-livre-do-mst-em-sao-joaquim-de-bicas-mg-luta-e-resistencia-qualidade-de-vida-despejo-nao-video-5/>>, <<https://mst.org.br/2019/01/31/em-mg-acampamentos-do-mst-sao-afetados-pelo-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/>> e <<https://www.brasildefatommg.com.br/2019/12/18/mst-denuncia-invasao-e-assedio-de-pms-em-acampamentos-da-regiao-metropolitana-de-bh>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

35: Mais informações sobre o Coletivo Alvorada

Indisciplinar: Agora, partindo para a última pergunta, vocês pretendem desenvolver alguma atividade no território envolvendo a Frente Brasil Popular? Por exemplo, em 2018 o MST estava propondo fazer uma feira de orgânicos na Ocupação Pátria Livre, por exemplo...

Vinicius Moreno: Esse ano estamos fazendo algumas ações de solidariedade. São ações para levar algumas coisas que as famílias precisem, como assessoria jurídica, assistência médica, lazer... Temos alguns parceiros como a Defensoria Pública Estadual, Rede de Médicos, movimentos sociais.... Nesse sentido, fizemos uma atividade com foco maior nas mulheres, elas foram lá tirar algumas dúvidas e encaminhamentos mínimos. O Levante Popular da Juventude tem atuação na Pedreira. Hoje eles têm um cursinho, o “Podemos +”[33], que funciona dentro do Colégio Municipal da PPL e constroem conosco essa e outras atividades. Também temos esse processo da feira de orgânicos que estamos querendo retomar, só que o MST, a partir da mudança de governo, está sofrendo muito. Várias fazendas e locais que eles ocuparam estão para ser despejados. O crime da Vale em Brumadinho afetou muito, uma grande ocupação chamada “Pátria Livre”[34] (também), em São Joaquim de Bicas/MG, que tem esse nome em homenagem à Ocupação do MTD na PPL. Então, ainda estamos construindo.

Retornando às atividades de solidariedade, nós já levamos alguns médicos e enfermeiras para aferir pressão e outros profissionais para verem algumas coisas básicas no território, a exemplo da assessoria jurídica. Também sempre tem alguma coisa de música e cultura que promovemos, o último show foi o do grupo Meninos do Morro, eles têm quase 15 anos, é um grupo de percussão. Em setembro fizemos a pintura do muro com o tema “Lula Livre” em que, além do MST, MAB e Levante, o Coletivo Alvorada[35] também se inseriu e está contribuindo muito nesse processo. Assim, realizamos essas atividades enquanto Frente Brasil Popular para levar essas questões à PPL. Não queremos cair no assistencialismo, mas temos que fazer, sim, assistência social. Não queremos que as pessoas se vinculem ao Movimento apenas para ter um ganho de vez em quando, mas que elas também tenham o interesse de participar das atividades. Nessas últimas ações temos feito muitos debates sobre a Reforma da Previdência que, infelizmente, essa semana foi aprovada em segundo turno na Câmara e que vai ser um baque muito grande na vida do trabalhador e na economia brasileira.

Referências

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

na fanpage e canal no
Youtube em: <<https://www.facebook.com/groups/419286435079958>>
e <<https://www.youtube.com/channel/UCFhcKrHWWVLg>>. Acesso em 28 de março de 2020.